



DEVOÇÃO MARIANA: ESPAÇO SAGRADO E MEMÓRIA COLETIVA

Mabel Salgado PEREIRA^P

RESUMO

Este artigo aborda a devoção mariana na formação da piedade cristã através do conceito de memória coletiva. Dessa forma, demonstra-se que tal processo devocional se encontra em constante processo de reinvenção, fruto da dimensão presente no cotidiano religioso dos fiéis e da similaridade com os passos de Maria, especialmente dos momentos aflitivos. Articulamos o espaço sagrado do templo como elemento fundamental para a afirmação dessa piedade, examinando-o como elemento fundamental para essa consolidação. Finalmente, apresenta-se um estudo de caso da cidade de Juiz de Fora/MG. Apresentamos o recorte do século XIX, momento da criação da vila de Juiz de Fora, para demonstrar a importância do espaço sagrado para afirmação da memória coletiva mariana de uma comunidade, através da análise das primeiras invocações Marianas encontradas.

Palavras-Chave: Devoção mariana. Catolicismo popular. Memória coletiva. Espaço sagrado.

1 INTRODUÇÃO

A Virgem Maria ocupa lugar singular na memória dos cristãos, pois estes, ao se recordarem dos mistérios de Jesus, recordam-se também de sua mãe. Sua devoção na

^P Doutora em História Social da Cultura pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora Titular das cadeiras de História do Cristianismo e Antropologia da Religião do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CES/JF).

tradição cristã encontra-se em constante processo de reinvenção, consequência da forma como os fiéis se relacionam com Maria no seu próprio cotidiano.

Neste artigo, nosso objetivo é demonstrar que a devoção mariana, na vertente do **catolicismo popular brasileiro**, analisada em relação com o conceito de **memória coletiva**, revela o **espaço sagrado** do templo como elemento fundamental da formação dessa piedade, como um facilitador para a afirmação de uma memória coletiva mariana. Neste sentido, a piedade popular mariana, analisada sob o aspecto do espaço sagrado, pode nos oferecer elementos importantes para a compreensão da permanência e dos processos de reinvenção da devoção mariana ao longo da história cristã.

O texto encontra-se dividido em duas partes, na primeira, demonstramos os conceitos necessários para nossa abordagem, como catolicismo popular, memória coletiva e espaço sagrado; na segunda parte, apresentaremos um estudo de caso, elegendo para nossa análise a cidade de Juiz de Fora/MG, com recorte para o século XIX, momento da criação da vila de Juiz de Fora, na tentativa de demonstrar, através das primeiras invocações marianas encontradas, a importância do espaço sagrado para afirmação da memória coletiva mariana de uma comunidade.

2 ENTRE O CÉU E A TERRA: SOB O MANTO DE MARIA

Na tradição cristã, podemos observar que a veneração de Maria se propagou muito cedo entre os convertidos, antes mesmo que a Teologia tivesse esclarecido as questões sobre sua santidade. Encontramos no século II a representação iconográfica mais antiga de Maria, uma pintura em afresco nas catacumbas de Priscila, em Roma (CARLETTI, 1985).

No **catolicismo popular brasileiro** (BOFF, 1976), as práticas devocionais de veneração a Maria são herdeiras das práticas religiosas medievais. O medievalista Le Goff (2007) põe em relevo, na sua análise, a existência de um Deus quaternário, em decorrência da importância que Maria ocupa na tradição cristã popular medieval. Significa também destacar a necessidade, entre homens e mulheres, da extensão

trinitária de Deus na sua versão feminina, capaz de multiplicar as manifestações da existência de Deus.

De origem laica, as práticas religiosas da devoção popular mariana são experimentadas, tanto individualmente quanto coletivamente, pelos devotos sem a necessidade de um corpo especializado de religiosos. Assim, enquanto sistema religioso, apresenta-se não com fronteiras demarcadas, mas como uma experiência religiosa que permeia a vida e a cultura e, portanto, em constante transformação.

A experiência religiosa, quando permeia a cultura, torna-se capaz de traduzir uma realidade de forma simbólica, conferindo sentido às palavras e às ações. No catolicismo popular, Maria torna-se a presença viva, produzindo o sentido da vida através do diálogo estabelecido entre os devotos e a Virgem Maria, capaz de transformar e eternizar sua memória.

A devoção à imagem de Maria é central para o catolicismo popular. As imagens são, na verdade, o lugar onde o invisível se torna acessível e palpável. Da mesma forma que os corpos humanos são depositários das almas invisíveis, a imagem na devoção mariana aparece como depositária do corpo da Virgem Maria. Através da imagem, estabelece-se uma comunicação entre os devotos e Maria, criando uma cosmologia em que as fronteiras entre a vida e morte são continuamente ultrapassadas.

A relação entre o fiel e a Virgem Maria é baseada no princípio de devoção e proteção, que tem como características principais as formas de aliança, de contrato e de penitência. A primeira forma, de aliança, ocorre no momento do nascimento da pessoa, quando esta recebe Maria como madrinha, criando entre ambos um compromisso por toda a vida. Além da aliança, encontramos também a forma contratual, que está associada à promessa, estabelecendo assim um contrato entre o fiel e a Virgem Maria. Finalmente, a forma penitencial evoca a identificação com as passagens de Maria e as relaciona com as atribulações cotidianas vivenciadas neste mundo (STEIL, 2001).

Em todas essas relações encontramos um sistema de trocas de bens simbólicos entre os vivos e os mortos. Essa troca abre espaço para diversas possibilidades de

invocações de Maria, que, na cosmologia do catolicismo tradicional, tem muitas especialidades.

A dimensão da veneração da imagem de Maria se desenvolve nos espaços de culto afirmando-o como **espaço sagrado**. Espaço no qual a imagem de Maria não evoca apenas alguém que esteve no mundo entre os homens, mas que a torna presente no mundo, visível e de forma real, capaz de sentir e dividir com os fiéis a sua dor e o seu sofrimento.

Neste sentido, o empreendimento da construção do espaço sagrado, que pode ser individual ou coletivo, para abrigar a imagem de Maria, tornou-se, desde muito cedo, fundamental na piedade mariana. No espaço religioso, o pensamento do grupo de devotos tem maiores oportunidades de se perpetuar, porque nestes espaços todos participam com a mesma disponibilidade, esta é condição fundamental para a afirmação da **memória coletiva** no campo religioso (HALBWACHS, 1990).

O espaço do culto mariano possibilita um tempo perpassado pelo sagrado, tempo de um exercício de memória, que tem determinada duração e que evoca as memórias de Maria, constituindo-se como elemento importante para o processo de reinterpretação e realocação dessa memória em concordância com a cultura dos devotos.

Na devoção mariana, o espaço sagrado preserva, através da imagem, a ilusão da materialidade corpórea de Maria, que no catolicismo popular é capaz de romper as fronteiras entre a vida e a morte, tornando Maria a principal mediadora entre o céu e a terra.

A combinação entre espaço sagrado e a pluridade das formas de invocações Marianas encontradas abarca uma gama de sentimentos e emoções que são celebrados acompanhados de uma liturgia muito própria, com práticas rituais que reforçam a memória coletiva, como por exemplo as orações comuns, a coroação de Maria, o beijamento de fitas, a oferta de ex-votos, de velas e tantos outros.

Desta maneira, o espaço sagrado do culto mariano torna-se fundamental para conservar a memória coletiva dos devotos, pois possibilita maior oportunidade de eternizar e de durar. O caráter versátil da memória coletiva cristã, especialmente na devoção mariana com suas diversas invocações, torna-se capaz de dialogar com as

necessidades dos grupos de devotos de vincular-se às aspirações e exigências dos grupos em diversas épocas e situações.

3 ESPAÇO SAGRADO, GÊNESE DA PIEDADE MARIANA: UM ESTUDO DE CASO

O estudo sobre as origens de muitas capelas marianas, espaço sagrado analisado aqui como elemento fundamental para formação da memória coletiva, não é tarefa fácil. Desta forma, apesar das limitações que o trabalho de mapeamento da devoção mariana nos impõe, tentaremos aqui demonstrar que os traços característicos da piedade juizforana provêm da relação com a cultura vivenciada pelos devotos, na qual predomina a dimensão da veneração da imagem no espaço sagrado do culto, centro de formação da piedade mariana.

Em Juiz de Fora, as manifestações de piedade mariana tiveram início ainda no século XVIII, apenas um templo neste período foi erguido, dedicado a Nossa Senhora da Assunção. Conforme podemos ler “No anno de 1764 foi erigido pelo Bispo Diocezano em Freguesia a Capella de Nossa Senhora d’ Assunção no caminho do Rio de Janeiro e lugar denominado – Chapeo d’ Uvas” (AHAJF – Fundo Paroquial Paula Lima). Os documentos registram que no ano 1810 o Padre Miguel Antônio de Paiva passou a ser vigário colado da capela.

No século XIX, século que elegemos como recorte temporal para este artigo, caminhos cruzavam a região em direção às minas de ouro no interior da província. As formas de piedade mariana encontradas neste período se manifestam na cultura e seguem, neste estudo, analisadas de forma cronológica, conforme a documentação encontrada, na seguinte ordem: Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora do Livramento, Nossa Senhora do Desterro, Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora da Glória e Nossa Senhora da Piedade.

3.1 NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO: RELIGIOSIDADE DOS NEGROS

Encontramos no século XIX, em Juiz de Fora, a devoção a Nossa Senhora do Rosário. Essa devoção nasceu na França, no início do século XIII, com Domingos de Gusmão (1170-1221), momento em que o religioso havia sido encarregado pelo Papa Inocêncio III (1198-1216) de combater a heresia dos Albigenses, no sul da França.

Neste contexto, segundo a tradição, ocorre a aparição de Nossa Senhora a São Domingos, em 1214. Nela Maria incentiva o religioso a pregar o Rosário¹, para salvação das almas e conversão dos hereges.

A fim de perpetuar o esforço missionário que começara a dar resultados, São Domingos fundou a Ordem dos Irmãos Pregadores ou Dominicanos, com a “missão de propagar a devoção do Saltério de Nossa Senhora, que logo se espalhou por diversos países da Europa” (MEGALE, 1986, p. 337).

No Brasil, a devoção a Nossa Senhora Rosário, trazida pelos missionários, logo se difundiu, principalmente entre os negros, que encontravam nela as orações mais simples e populares, como o Pai-Nosso e Ave Maria. O terço era toda a liturgia dos pobres, dos que não sabiam ler nem escrever.

Desta forma, desde o aparecimento das primeiras irmandades dedicadas a Nossa Senhora do Rosário, “começou a haver uma discriminação entre irmandade de brancos e irmandade de pretos. Progressivamente, cada vez mais, as Irmandades do Rosário passaram a ser constituídas exclusivamente pelos de raça negra” (AZZI, 1992, p. 238).

Em Juiz de Fora a devoção a Nossa Senhora do Rosário é fruto da religiosidade negra. “A expansão cafeeira, na região da Zona da Mata Mineira, ocorreu entre os anos de 1850/1870, e teve no escravo a principal mão de obra. A região passou a concentrar 26% dos escravos da Província, com destaque para a posição de Juiz de Fora” (GUIMARÃES; GUIMARÃES, 2001, p. 17).

Dois templos são dedicados a Nossa Senhora do Rosário em Juiz de Fora, no século XIX. O primeiro, encontra-se no distrito de Rosário de Minas, em terreno doado por João Gonçalves Pereira, no ano de 1815 (ESTEVES; LAGE, 1915). Segundo os pesquisadores:

os habitantes que começaram a congregar-se no arraial tinham lavouras de cereaes nas vizinhanças e vendiam seus productos pelos preços indicados pelo coronel Benjamim Corrêa. Esses moradores vinham do Quilombo a maior parte (ESTEVES; LAGE, 1915, p. 437).

¹ O Rosário é também chamado **Saltério de Maria**, em lembrança dos 150 salmos de Davi. No catolicismo popular é tradicionalmente chamado de ‘O terço’.

Negros, viviam sob as determinações de um coronel, situação típica do escravismo do século XIX, na qual deveriam entregar sua alma a Nossa Senhora do Rosário, enquanto o corpo e os frutos do seu trabalho ficavam com o senhor branco.

No ano de 1887, um ano antes da Lei Áurea, podemos ler na carta assinada pelo vigário Matheus Antônio Calabrese, responsável pelo templo e endereçada à Câmara Municipal, que:

Em sessão de 1883 foi votado pela Illustrada Assembleia Provincial a quantia de um conto e quinhentos mil reis para as alfaias desta freguesia, de novo creada. Infelizmente o procurador que a Il^{ma} Camara de Juiz de Fora nomeou para receber essa quantia, não a recebeu por ter passado o tempo. Pede-se a illustrada Assembleia Legislativa provincial se digne revalidar aquella resolução, que concedeu a esta freguesia, para compra de Alfaias, a quantia de um conto e quinhentos mil reis (AHAJF - Fundo Paroquial de Rosário de Minas).

O documento nos revela que, entre 1883 até a data da carta, não houve interesse em buscar a quantia, já destinada ao templo, junto aos órgãos competentes e, segundo o vigário, a freguesia estava sendo recriada. Uma hipótese que nos surge é o abandono da capela, pelos negros, com a proximidade do fim da escravidão. Porém, independente deste possível abandono, interessa-nos registrar que encontramos, em Rosário de Minas, a memória da devoção mariana numa invocação tipicamente negra, que se firma no espaço sagrado da capela.

O segundo templo encontra-se na cidade de Juiz de Fora. Este é fruto devocional da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário. Seu estatuto data de 22 de abril de 1888, poucos dias antes da abolição da escravidão. O capítulo I, artigo 3, determina que poderão ser admitidos como irmãos pessoas de ambos os sexos e sem distinção de cor, porém, diante da especificidade do documento, podemos afirmar que este era um movimento liderado por negros.

Em primeiro lugar, vale destacar a presença dos principais membros da Irmandade: o secretário, Feliciano Mendes Ribeiro, irmão do vigário da Igreja Matriz, o Pe. Tiago Mendes Ribeiro, negro. Diversos outros membros tiveram sua assinatura no modelo “arrego”, ou seja, permitiram que outro assinasse em seu nome, o que revela

que a associação era formada por uma grande parcela de homens analfabetos, elemento comum entre os escravos no final do século XIX (PEREIRA, 2004).

Em segundo lugar, a presença de um rei e de uma rainha, uma das principais características das Irmandades do Rosário no Brasil. E finalmente, de acordo com o estatuto, os irmãos se comprometem a celebrar as festividades de Nossa Senhora do Rosário, de São Benedito, de São Eslebão e de Santa Efigênia. Além de Nossa Senhora do Rosário, todos os outros santos são de devoção negra.

As preocupações com as festividades ganham espaço no estatuto, conforme o capítulo 11, artigo 35:

A festividade da Santíssima Virgem do Rosário terá lugar no primeiro Domingo de Outubro, precedida de Novena; constando a Festa de Missa cantada, Sermão ao Evangelho, Procissão a tarde. Sermão e Te-Deum na entrada da Procissão, o que se fará com a pompa devida, segundo os recursos da irmandade (PEREIRA, 2004, p. 58).

Os festejos em torno da Virgem se operam em seus mínimos detalhes organizativos, nos quais todos os irmãos devem comparecer, independente de convite, com sua opa branca. Com a mesma dedicação, os irmãos se preocuparam com a construção da Capela consagrada a Nossa Senhora do Rosário. Em 1893, a capela encontra-se em construção e em documento enviado à Câmara Municipal:

A meza administrativa da Irmandade de Nossa Senhora, por meio de secretario abaixo assignado, vem respeitosa e requerer a Vsa licença para construir o adro da Capella de N. S. do Rosário, em construção na Rua de Antônio Dias, esquina de Progresso n'esta cidade, mandando o alinhador fazer o respectivo alinhamento, pago os direitos da lei. Nestes termos pede deferimento (AHMJF – Fundo Câmara Municipal República Velha. Série 226).

Entretanto, este foi um momento de muitas transformações no âmbito da Igreja Católica local, pois coincide com a morte do Pe. Tiago Mendes Ribeiro, em 1890, e com o início do processo de Reforma Católica na cidade. Os padres redentoristas foram os primeiros religiosos reformadores europeus a chegar à cidade; em seguida, em 1899, chegaram os religiosos da Congregação do Verbo Divino, denominados verbitas, de

origem alemã. Estes últimos ficaram à frente da Igreja Matriz, do ano de 1900 até o ano 1925 (PEREIRA, 2004).

Os padres verbitas assumem, em 1900, a direção dos trabalhos religiosos da capela de Nossa Senhora do Rosário, sob a direção do vigário alemão Pe. Frederico Helembrock. O mais antigo Livro de Tombo da Igreja Matriz, datado de 1932, registra um histórico da comissão que esteve à frente da finalização da obra. Na comissão formada, sob a direção do vigário alemão, não aparece mais o nome dos antigos irmãos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, de famílias tradicionais de Juiz de Fora, como: Palleta, Assis, Batista de Oliveira, Penido, Ribeiro, Teixeira, Bicalho, entre outras. A mesma comissão assinou contrato com a firma Pantaleone Arcuri para finalização da obra.

Uma série de coincidências de datas, como a abolição da escravatura em 1888, a implantação da República em 1899, o início do processo reformador da Igreja Católica de Juiz de Fora em 1890, o processo de clericalização das irmandades, consequência da Reforma Católica, assim como a chegada dos religiosos europeus, podem explicar o fim da irmandade e o abandono da obra da capela, porém, o tema ainda aguarda o seu historiador.

Como herança desse movimento religioso dos negros, a cidade herdou a devoção a Nossa Senhora do Rosário. Poucos negros reconhecem neste templo, situado no bairro Granbery, um espaço de oração concebido pelos seus ancestrais, havendo portanto, uma perda da memória desse grupo particular.

Entretanto, estes dois espaços devocionais, Rosário de Minas e Granbery, que inicialmente foram erguidos e frequentados por negros, foram capazes de formar uma memória coletiva devocional em torno dessa invocação mariana. Neste sentido, interessa-nos perceber que, independente do desaparecimento, do grupo social étnico que iniciou a devoção na cidade, da direção administrativa dos templos, a memória coletiva devocional permanece, pois ela se afirma no espaço sagrado, local de depósito da imagem de Nossa Senhora do Rosário.

3.2 NOSSA SENHORA: LIVRAI-MOS DO MAL

Segundo a tradição, a invocação nasce no contexto das lutas políticas entre Portugal e Espanha que resultou na União Ibérica (1580-1640). Após a vitória espanhola os fidalgos portugueses, que se negavam a render homenagem aos espanhóis, foram presos. Entre eles encontra-se Rodrigo Homem de Azevedo, um ardente defensor da pátria. Sua esposa recorre a Virgem Maria, implorando a liberdade do marido. Libertado o marido, em agradecimento a graça alcançada a família mandou fazer uma imagem que recebeu o título de Nossa Senhora do Livramento (MEGALE, 1986).

Em Juiz de Fora, o distrito de Sarandira “teve sua primeira capela em razão do cumprimento de um voto feito a N. Senhora do Livramento, pelos voluntários da localidade que se aliaram aos revoltosos de 1842” (OLIVEIRA, 1976, p. 31). A Rebelião Liberal de 1842 ocorre no início do Segundo Reinado, nas províncias de Minas Gerais e São Paulo, em decorrência da queda do Gabinete Liberal e ascensão do Gabinete Conservador.

A invocação surgida na pequena localidade de Sarandira é herdeira da tradição portuguesa. No contexto mineiro os fiéis travam lutas políticas e, diante das incertezas da vitória, rogam proteção a Virgem Maria. Conforme podemos ler:

José de Souza, proprietário dos terrenos onde se acha o povoado fez o voto de os doar a N. S. do Livramento, para seu patrimônio e recção de seu oráculo, si todos quantos haviam d’ali partido para a guerra tivessaem a felicidade de voltar a seus lares (ESTEVEZ; LAGE, 1915, p. 472).

Terminado o movimento revolucionário e tendo sido atendido em seu pedido, José de Souza rende homenagem em sinal de agradecimento a graça alcançada, com a doação do terreno onde encontra-se edificado o templo. Neste sentido, podemos afirmar que a devoção a Nossa Senhora do Livramento é resultado relação contratual entre o devoto e a Virgem Maria.

Diante do desenvolvimento ocorrido na localidade, Sarandira é elevada a categoria de Freguesia no ano de 1880. Assim, podemos ler que o bispo de Mariana, Dom Antônio Maria de Correa de Sá e Benevides (1877-1896), faz saber que:

para Vigário Encomendado desta Freguesia de Nossa Senhora do Livramento de Sarandy, havemos por bem nomear e deputar o reved^o João ferreira de Castro: servira este cargo como convem ao serviço de Deus, da Igreja e bem dos povos, dos quaes administrará o pasto espiritual a tempo e à hora, fará homelias à estruturação da Missa conventual nos Domingos e dias festivos, ensinará o cathecismo da doutrina Cristã, cumprirá com a residência formal e material, e mais o que for obrigação dos Curas d'almas, do que dará contas a Deus na parte que lhe tocar como Vigário Encomendado desta Freguesia, haverá pois cômgrua e os recebimentos parochiaes conforme a tabela do Bispado (AHAJF – Fundo Freguesia do Sarandy)

Assim, podemos destacar que a devoção a Nossa Senhora do Livramento de Sarandira, fruto da promessa de um devoto, típica do catolicismo tradicional, se afirma através do espaço sagrado da capela, capaz de congregar todos os fiéis e possibilitar a formação de uma memória coletiva devocional. Esta memória coletiva devocional alcançou o final do século XIX, momento da criação da freguesia e da introdução na região da Reforma Católica na região

3.3 NOSSA SENHORA DO DESTERRO: CAMINHO E DEVOÇÃO

A cidade, elevada à categoria de Vila em 1850, é fruto do Caminho Novo das Minas, estrada construída por Garcia Rodrigues Paes em 1703, a pedido do Rei de Portugal, para o escoamento do ouro e diamantes das minas no século XVIII. No século XIX, outro caminho marca a história de Juiz de Fora, desta vez será a Estrada Nova, obra de Guilherme Fernando Halfeld, nomeado engenheiro da província em 1836. Na construção da Estrada Nova, cujo objetivo era facilitar a comunicação entre Minas Gerais e Rio de Janeiro, o engenheiro traçou uma linha reta em torno da qual se desenvolveu a cidade, abandonando o antigo núcleo de povoação existente do outro lado do rio, no antigo Caminho Novo (ESTEVEZ; LAGE, 1915)

A devoção a Nossa Senhora do Desterro é fruto do cotidiano desses homens que caminham debaixo da proteção de Nossa Senhora sobre novas terras, desbravando novos espaços em busca de trabalho e de riqueza, com a esperança de dias melhores. Neste sentido, revela-nos o lado primordial do catolicismo popular, é laico.

Aqueles que estão nesse caminho procuram a proteção de Nossa Senhora do Desterro, invocação que recorda o momento em que um anjo do Senhor apareceu no sonho de São José e lhe disse: “Levanta-te, toma o menino e sua mãe e foge para o Egito. Fica lá até que te avise, porque Herodes vai procurar o menino para matar” (Mt, 2,13). José, em sinal de obediência, se põe a caminho.

Os devotos, ao se colocarem sobre a proteção dessa invocação, recordam os caminhos percorridos pela Sagrada Família. É sob esse referencial simbólico que encontramos, na região de Toledos, a capela em devoção a Nossa Senhora do Desterro, construída por volta de 1870. A doação do terreno é obra da família dos Toledos, nome da localidade, e a capela se encontra erguida “à pequena distância do Rio do Peixe[...] sobre um outeiro, banhado, em baixo, pelas águas do rio” (AZEVEDO, 1978, p. 109).

A devoção a Nossa Senhora do Desterro foi intensa no período colonial, perdurando com força no período imperial, em especial nos locais de povoados recentes. Através dessa invocação, os devotos encontram consolo por estarem longe da sua região de origem, saudosos de sua terra natal. A capela, aqui encontrada, erguida em território de recente exploração, nos remete ao fato de que os fiéis imploram, diante das incertezas da vida e sob o manto de Nossa Senhora do Desterro, o auxílio da Virgem na nova caminhada.

Na relação de troca constroem o templo sagrado, introduzem a imagem de Nossa Senhora do Desterro, tornando este espaço um lugar onde o invisível se torna visível, em razão de ser a imagem um elemento capaz de estabelecer uma comunicação entre os vivos e mortos (STEIL, 2001). Todo esse processo fortalece entre os fiéis, que têm acesso a este espaço, o sentimento de pertença devocional, colaborando para o estabelecimento de uma memória coletiva (HALBWACHS, 1990).

Também no século XIX, a região será marcada pelo desenvolvimento da economia cafeeira, com o surgimento de muitas fazendas e, conseqüentemente, com o deslocamento de um contingente humano que, com a proteção de Nossa Senhora do Desterro, implora o auxílio da Virgem na nova empreitada.

3.4 DORES: O SOFRIMENTO DE MARIA

O quarto templo encontrado foi dedicado a Nossa Senhora das Dores. Este é obra da piedade devocional da família de Luciano Pereira Bezerra e sua esposa, Florentina Maria de Jesus, portanto, de origem laica. No Livro de Tombo do Curato da Glória, encontra-se a transcrição do documento de doação, nos seguintes termos:

Fazemos a presente doação de livre e espontânea vontade com a clausula única: de que nunca pessoa alguma poder construir prédios, principalmente na frente da mesma capella e adro – e por não sabermos ler nem escrever pedimos a Joaquim da Silva Macedo, que esta escrevesse e a nosso rogo assignasse com as testemunhas abaixo todos moradores n'este arrayal da Gramma. 10 de fevereiro de 1876 (AHAJF – Livro de Tombo do Curato da Glória, p. 11).

Neste caso, torna-se difícil identificar a motivação principal dessa família ao invocar Nossa Senhora das Dores, entretanto a invocação sugere o sofrimento. A imagem da Virgem dolorosa nos remete a todos os sofrimentos que Maria teve durante a vida, paixão e morte de Jesus Cristo. “Por este motivo, a imagem de Nossa Senhora das Dores, cuja invocação é relativamente recente, pois data do século XVIII, (...) exprime agonia e resignação” (MEGALE, 1986, p. 146).

Na representação iconográfica dessa invocação, Maria é representada sendo apunhalada no coração com espadas. Dor e sofrimento são as principais características dessa representação. A centralidade da dor de Maria é determinante como processo de identificação das atribulações vivenciadas pelos devotos neste mundo, como se Maria participasse das vicissitudes deste mundo e, através dessa invocação, fosse capaz de amparar o devoto na sua dor e sofrimento, assumindo assim um sentido particular que ultrapassa qualquer tentativa de racionalização (STEIL, 2001).

Quando os padres holandeses da Congregação do Santíssimo Redentor iniciaram suas atividades na cidade, registraram a existência da capela, da seguinte forma:

A distancia de légua e meia do Curato, no alto da Serra, a beira da estrada de Ferro de Piau existe um povoado com nome de Gramma, em que desde _____ está construída uma capella pública. A capella dedicada a N^{sa} S^{nra} das Dores, está bastante deteriorada e é mal provida de alfaias, paramentos e utensílios, todas em condições ruim (CMI-SSA – Livro de Tombo do Curato da Glória, p. 11).

Duas informações importantes podem ser observadas neste documento. Em primeiro lugar, vale destacar que os padres redentoristas, os responsáveis pelos serviços de assistência religiosa daquela região no momento de sua chegada à cidade, não sabem ao certo o ano da ereção da capela, por isso, deixam um espaço em branco nos seus registros. O fato de deixarem espaço para essa informação nos sugere a não existência de documentação do momento de inauguração dessa capela.

Em segundo lugar, as condições da capela que, segundo o registro de 1895, encontra-se em condições de abandono. A informação é relevante e nos conduz à interpretação de que a capela, que nasce da tradição do catolicismo popular, de origem laica, no momento em que os padres da congregação assumem os trabalhos, não se encontra em boas condições. Tal fato não confirma o abandono da devoção, apenas revela a dificuldade de manutenção do templo, possivelmente resultado de dificuldades econômicas dos devotos.

Segundo AZZI, as “missões populares constituíam a razão de ser da congregação redentorista. Não admira, portanto, que desde o início essa atividade pastoral tenha ocupado um lugar de destaque no curato da Glória” (2000, p. 143). Neste sentido, a Capela de Nossa Senhora das Dores tem lugar especial na história dessa congregação, pois segundo os registros do Livro de Tombo:

O facto mais importante para a Capella de N^{sa} S^{nra} das Dores em Gramma é que depois de uma desobriga em abril, se pregarão n'ella as santas missões de 28 de junho a 07 de julho: foi a primeira missão dos Pes Redemptoristas no Brasil(...) D'aqui em diante a capella terá mensalmente missa com prática (AHAJF – Livro de Tombo do Curato da Glória, p. 20).

Espaço de pregação da primeira missão popular redentorista, a capela passou a ser também preocupação no que se refere a sua preservação. Em fevereiro de 1895 foi formada uma comissão para cuidar dos interesses da capela e, em especial, da sua reforma. Porém, segundo os documentos, não parece ter sido fácil a convivência entre os antigos devotos e os novos padres holandeses, que registraram:

Hoje tomou o R. P. Tulkens o trem da tarde para Gramma onde foi fazer um casamento. Por esta ocasião viriam alguns dos mais importantes a casa do sacristão Belfort, para sob a presidência do padre formarem uma comissão de interesse para a capella e para deliberarem sobre a restauração indispensável da mesma. Ninguém compareceu ao convite. Se realmente foi feito pelo sacristão? Quem o dirá? Legítima cousa brasileira! (AHAJF - Livro de Crônica da Casa dos Redentoristas de Juiz de Fora (1894-1923), p.29).

Essa situação de descompasso entre os devotos, que até então sentiam-se livres na condução dos negócios religiosos de suas capelas, e os padres reformadores, que buscavam reformar costumes e organizar a Igreja Católica do Brasil nos moldes tridentinos, foi elemento bastante comum no momento inicial da Reforma Católica.

Entretanto, vale destacar que certamente a restauração da capela ocorreu, pois ela continua firme até os dias de hoje. Atualmente, a orientação da prática religiosa deixou de ser tarefa dos redentoristas, mas a devoção a Nossa Senhora das Dores permanece firme na memória coletiva dos fiéis.

3.5 “GLÓRIA” A NOSSA SENHORA: OS ALEMÃES CHEGARAM BEM

Mais uma vez encontramos a história da cidade florescendo a partir da construção de um novo caminho no século XIX. Desta vez a rodovia União e Indústria, ligando Petrópolis a Juiz de Fora, fruto do empreendedorismo de Mariano Procópio Ferreira Lage. A obra facilitou o transporte do café até a corte e transformou a cidade no principal núcleo urbano da Zona da Mata.

Neste contexto, encontramos o quinto templo em devoção à Virgem, como fruto da construção da rodovia União e Indústria. Para esse empreendimento rodoviário foi necessária mão de obra especializada, fato que levou o empresário Mariano Procópio Ferreira Lage recorrer à imigração europeia. “Já em 1856 chegaram os funcionários alemães, especialistas em pontes-de-ferro, mecânicos, carpinteiros, ferreiros, construtores(...). Da segunda remessa, agora de colonos, no ano de 1858, (...) 508 mulheres para 636 homens” (LESSA, 1985, p. 69).

Os colonos encontravam-se divididos, no plano religioso, entre dois grupos: católicos e luteranos. Nos primeiros anos, os dois grupos uniram-se “para a construção de uma Capela de Oração no local denominado ‘Boa Vista’, onde, aos domingos,

reuniam-se alternadamente católicos e evangélicos” (STEHLING, 1979, p. 249). Segundo a obra de Stehling, neste primeiro momento, em que os dois grupos dividiam a mesma capela, não encontramos nenhuma referência a Nossa Senhora.

Os colonos católicos, sentindo necessidade de um sacerdote que os atendesse nos sacramentos, fundaram o “Culto Católico Mariano Procópio” e, no final do ano de 1869 chegou, contratado da Áustria, o Frei Américo Hoffer de Prags. Seguindo as orientações do novo cura, os fiéis participantes do “Culto Católico” decidiram, em 1877, pela construção de uma nova capela. Foi nomeada uma comissão especial para pleitear junto à Companhia União e Indústria um terreno para a construção do templo.

No ano de 1878, a Companhia União e Indústria cedeu aos colonos um terreno, próximo à Estação de Diligências, atual Estação Mariano Procópio. A mesma comissão que havia se formado para a conquista do terreno ficou também incumbida da construção. No dia 15 de agosto de 1879, mesmo não estando completamente pronta, foi consagrada a Nossa Senhora da Glória (STEHLING, 1979).

A Igreja Católica celebra o dia 15 de agosto, o dia da Assunção de Nossa Senhora, data em que Maria foi recebida na morada celestial, após sua morte e ressurreição, tornando-se rainha do céu e da terra. Apesar dessa invocação ser muito antiga, somente em 1º de novembro de 1950, o Papa Pio XII (1939-1958) definiu o dogma da Assunção de Nossa Senhora em corpo e alma. Em sua representação iconográfica, Maria está sozinha, rodeada de anjos aos seus pés, subindo aos céus.

A escolha da invocação pelos colonos refere-se ao fato vivenciado por eles no momento da travessia do Oceano Atlântico, a bordo do Braço Gundela. Durante uma forte tempestade, que sofreram em alto mar, pediram a proteção de Nossa Senhora da Glória e, em cumprimento às graças alcançadas, naquele momento difícil, ofereceram a capela em seu louvor (STEHLING, 1979).

A capela tornou-se centro de referência para os colonos católicos, não somente para os momentos de oração em louvor a Nossa Senhora, mas, em especial, em dias festivos. No ano de 1883, os frequentadores da capela já haviam constituído a Irmandade da Capela de Nossa Senhora da Glória. Seu procurador, no mesmo ano, através do Jornal Pharol, “agradece em nome da mesma irmandade a todas as

peças e corporações que concorrerão para o brilhantismo e effectividade dos festejos que a Irmandade fez no dia 24, deste mez” (PEREIRA, 2004, p. 76).

No caso do templo erguido em devoção a Nossa Senhora da Glória a relação contratual é clara. Os fiéis, diante das atribuições vivenciadas no processo de travessia, apelaram a Maria porque se identificaram, naquela situação, com o sofrimento também vivenciado por ela. Assim, oferecem orações, erguem a capela e prometem fidelidade em troca de proteção. Nessa lógica, a devoção mariana pode ser entendida como uma relação de troca de favores. Neste caso, oferecem o espaço sagrado do templo para a Virgem Maria, como forma de agradecimento pela graça alcançada, pois venceram as incertezas da travessia, por intermédio de Nossa Senhora da Glória.

A localização do terreno em que a capela foi construída, próximo da Estação de Diligências, espaço de circulação de grande número de transeuntes pode ser analisada também como fator de favorecimento da construção dessa memória coletiva devocional. A possibilidade de estar diante da imagem antes de uma partida na estação de trem, para pedir proteção durante uma viagem, ou mesmo na chegada para agradecer, fortalece entre o fiel a Virgem o vínculo contratual.

O final do ano de 1893, no contexto do início da implantação da Reforma Católica, movimento também conhecido por Romanização, marca a chegada em Juiz de Fora do primeiro missionário da Congregação do Santíssimo Redentor, o Pe. Matias Tulkens, formando assim, em 1894, a primeira comunidade de religiosos redentoristas no Brasil. Os padres da dita congregação, de origem holandesa, assumiram a Igreja de Nossa Senhora da Glória, denominada pelo povo de “Igreja dos Alemães”.

Na segunda década do século XX, a torre da capela construída pelos fiéis alemães teve de ser demolida porque ameaçava ruir e, “em consequência do aumento da população da Paróquia, a igreja não comportava mais a frequência dos fiéis, o que obrigou os Padres Redentoristas a construir nova igreja” (STEHLLING, 1979, p. 263).

Antes mesmo do novo templo estar completamente acabado, a antiga igreja, em abril de 1923, foi consumida por um incêndio. Neste contexto, em agosto do mesmo ano, o novo espaço em devoção a Nossa Senhora da Glória foi inaugurado e bento.

3.6 NOSSA SENHORA, TENDE “PIEIDADE” DE NÓS

Por último, registramos a capela de Nossa Senhora da Piedade, que foi a última a ser erguida no século XIX, conforme os documento analisados. A devoção a essa invocação é obra de Manoel Balbino de Mattos. Esse devoto enviou petição à Arquidiocese de Mariana em 1894 com pedido de construção da capela e obteve a seguinte resposta, conforme o documento transcrito no Livro de Tombo do Curato da Glória:

Dom Antonio Maria Correia de Sá e Benevides por mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica, Bispo de Mariana(...) Fazemos saber, que attendendo a petição do cidadão Manoel Balbino de Mattos e atestação do R^{do} Parocho da Freguesia de S. Antonio de Juiz de Fora d’este Bispado havemos por bem lhe conceder licença, como pela nossa presente provisão lhe concedemos, cujo orago será Nossa Senhora da Piedade. Dado em Mariana aos 19 de novembro de 1894 (AHAJF – Livro de Tombo do Curato da Glória, p. 20).

Devoção nascida no contexto do catolicismo popular, de origem laica, mas no momento do início da implantação da Reforma Católica. Por isso lemos que, para erguer o templo, o devoto necessita de uma autorização eclesiástica para efetivar o cumprimento de sua promessa. Segundo a tradição oral, o devoto doou o terreno porque um de seus familiares estando bastante enfermo recebeu a graça de ser curado com a intercessão de Nossa Senhora da Piedade.

A invocação a Nossa Senhora da Piedade refere-se ao sofrimento de Jesus, após o suplício do Calvário. Na imagem dessa invocação, Nossa Senhora aparece sentada, sem coroa, apenas com uma auréola em torno de sua cabeça, com o filho morto no seu colo, seu olhar demonstra angústia e tristeza (MEGALE, 1986).

No período em que a Capela foi construída, os serviços religiosos daquela região estão aos cuidados dos padres holandeses da Congregação do Santíssimo Redentor. A bênção da capela encontra-se registrada, conforme segue:

Eu Padre Mathias Tulkens da Congregação do S^{smo} Redemptor, declaro e certifico ter bensido em 14 de abril de 1895 na forma do Ritual Romano a capella situada em Benfica, no lugar denominado cemitério, freguesia de S. Antônio de Juiz de Fora, cujo orago é Nossa Senhora da Piedade (AHAJF – Livro de Tombo do Curato da Glória, p. 22).

Segundo os registros, a capela foi construída na Fazenda Boa Vista e possuía seu próprio cemitério; não era de difícil acesso, pois era servida pela Estação de Trem de Benfica. Em alguns registros, o local aparece sob a denominação de “Cemitério”, talvez pelo fato de possuir, também, junto à capela um espaço para os enterramentos. Encontra-se ainda transcrito, no mesmo Livro de Tombo, a seguinte declaração:

Eu Manoel Balbino de Mattos, abaixo assignado obrigo-me a conservação da Capella no lugar denominado Cemitério, dedicada a Nossa Senhora da Piedade, a dotal-a dos paramentos, vasos sagrados e o necessário para o culto divino, segundo a prescrição da sagrada lithurgia e o guiamento competente. 14 de abril de 1895 (AHAJF – Livro de Tombo do Curato da Glória, p. 22).

Fruto da devoção pessoal de Manoel Balbino de Mattos e de seus familiares, a comunidade que vivia ao redor da capela e da Fazenda Boa Vista passou a receber orientação espiritual dos padres holandeses. No mesmo ano de 1895, a comunidade pôde participar das sagradas missões pregadas pelos religiosos e, em 1896, “de 18-23 de julho a Capella do Cemitério na antiga fazenda Boa Vista teve desobriga ou renovação da missão” (AHAJF - Livro de Tombo do Curato da Glória, p. 28). Nos documentos sobre o movimento religioso na região, em especial no momento das missões, o nome de Manoel Balbino de Mattos aparece sempre como colaborador dos padres.

Finalmente, vale destacar que a devoção mariana, aqui registrada, foi capaz de manter-se como prática religiosa popular, sobrevivendo ao processo de Reforma Católica, que tinha como principal diretriz combater a religiosidade de cunho popular, considerada pelos reformadores como profanas, festivas e até mesmo supersticiosas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A memória coletiva encontrada na devoção mariana é versátil, se realiza como uma experiência religiosa aberta aos elementos da cultura, é capaz de dialogar com as necessidades dos grupos de devotos, de vincular-se às aspirações e exigências dos

devotos em diversas épocas e situações, descritas neste pequeno estudo através das primeiras invocações marianas na cidade de Juiz de Fora/MG.

O espaço sagrado do culto mariano, local da morada da imagem, revela-se como espaço de formação da piedade e também como centro irradiador desta memória coletiva, capaz de se reproduzir em diversas outras formas de invocações, ampliando os espaços do sagrado no século seguinte e nos dias atuais. Desta maneira, age para a permanência dessa memória no tempo e no espaço, contribuindo assim para o processo de eternização da memória da Virgem Maria.

Concluimos com esse pequeno estudo, a partir do estudo de caso da experiência religiosa da cidade de Juiz de Fora, no século XIX, que a devoção mariana pode ser analisada no contexto das tradições do **catolicismo popular** e que no seu culto predominou a dimensão da veneração da imagem no **espaço sagrado**, elemento importante para a formação da **memória coletiva** desta piedade na cidade.

MARIAN DEVOTION: SACRED SPACE AND COLLECTIVE MEMORY

ABSTRACT

This article approaches the Marian devotion in the formation of Christian piety throughout the concept of collective memory. In that way, it demonstrates that this devotional process is in constant reinvention because of both the daily religious life dimension of the believers and of the similarity with Maria's steps, especially during moments of distress. It articulates the sacred space of the temple as a fundamental element for the affirmation of this piety, studying it as a fundamental element for this consolidation. Finally, it presents a case study in the city of Juiz de Fora (Minas Gerais). We look at the nineteenth century, when the old town of Juiz de Fora was created, to demonstrate the importance of the sacred space for the affirmation of the collective Marian memory of a community, through the analysis of its first Marian invocations.

Key words: Marian devotion; popular Catholicism; collective memory; sacred space.

REFERÊNCIAS

Arquivos Consultados:

Arquivo Histórico Arquidiocesano de Juiz de Fora

- Livro de Tombo do Curato da Glória
- Livro de Crônicas do Curato da Glória
- Livro de Tombo da Igreja Matriz - 1932
- Fundo Paroquial de Paula Lima
- Fundo Paroquial Rosário de Minas
- Fundo Freguesia do Sarandy

Arquivo Histórico Municipal de Juiz de Fora

- Fundo Câmara Municipal República Velha – Série 226

A Bíblia de Jerusalém. São Paulo: Edições Paulinas, 1973.

AZEVEDO, Henrique Oswaldo Fraga de. **Uma Freguesia nas Montanhas.** Juiz de Fora: Esdeva, 1978.

AZZI, Riolando. Os leigos. In: HOORNAERT, Eduardo. **História da Igreja no Brasil.** Tomo II/I. Petrópolis: Vozes, 1992.

_____. **Sob o Báculo Episcopal:** a Igreja Católica em Juiz de Fora:1850-1950. Juiz de Fora: Centro da Memória da Igreja de Juiz de Fora, 2000.

BOFF, Leonardo. Catolicismo Popular. **Revista Eclesiástica Brasileira**, 36, Fasc. 141, março de 1976.

CARLETTI, Sandro. **Guia de La Catacumba de Priscila.** Pontificia Comision de Arqueologia Sacra: Ciudad del Vaticano, 1985.

ESTEVES, Albino; LAGE, Oscar Vidal Barbosa. **Álbom do Município de Juiz de Fora.** Bello Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1915.

GUIMARÃES, Elione Silva; GUIMARÃES, Valéria Alves. **Aspectos cotidianos da escravidão em Juiz de Fora.** Juiz de Fora: Funalfa, 2001.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo, 1990.

LE GOFF, Jacques. **O Deus da Idade Média:** conversas com Jean-Luc Pouthier. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

LESSA, Jair. **Juiz de Fora e seus pioneiros**. Juiz de Fora: UFJF-Funalfa, 1985.

MEGALE, Nilza Botelho. **112 invocações da Virgem Maria no Brasil**: história, folclore e iconografia. Petrópolis: Vozes, 1986.

OLIVEIRA, Côn. Francisco Maximiano de. **Traços Históricos**: sinais da Igreja no Juiz de Fora. Tomo I. Juiz de Fora: Esdeva, 1976.

PEREIRA, Mabel Salgado. **Romanização e Reforma Ultramontana**: Igreja Católica em Juiz de Fora(1890-1924). Juiz de Fora: Editora Notas e Letras, 2004.

STEHLING, José Luiz. **Juiz de Fora**: a Companhia União e Indústria e os alemães. Juiz de Fora: Esdeva, 1979.

STEIL, Carlos Alberto. Catolicismo e cultura. In: VALLA, Victor Vincent (Org.). **Religião e cultura popular**. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2001. p. 09-40.